

Semiárido: defender a vida, fortalecer a democracia e construir o futuro

Seca é seca. Falta de água é política.

O Brasil vive um momento eleitoral decisivo para a Federação e para os estados. Não estão em disputa apenas governos, cargos ou mandatos. Defrontam-se projetos políticos que definirão os rumos do país, a qualidade da democracia e as condições de vida do povo brasileiro nos próximos anos.

De um lado, está um projeto que concentra riquezas, oportunidades e poder, subordina os territórios e os bens comuns aos interesses do mercado e naturaliza as injustiças sociais e ambientais. De outro, está um projeto que busca incluir, repartir, respeitar, conviver e democratizar, para o qual a vida digna do povo deve orientar todas as estratégias e ações do Estado.

É nesse campo de disputa que se localiza a caminhada da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Em seus 26 anos de existência, a ASA tem construído, com as comunidades e as organizações que representa, uma estrada de justiça, democracia e vida: a convivência com o Semiárido.

A estiagem é uma característica natural da região. A falta de água, a fome, a insegurança hídrica e a exclusão social não são. Elas resultam de escolhas políticas, econômicas e institucionais. Sempre que direitos são negados, políticas públicas são interrompidas ou os territórios deixam de ser prioridade, aumenta a vulnerabilidade da população. Quando a democracia é fortalecida e o Estado atua em diálogo com a sociedade, ampliam-se as condições para que as pessoas permaneçam em seus territórios com dignidade.

Ao longo de sua trajetória, a ASA ajudou a construir outra narrativa sobre o Semiárido. A região, antes reduzida ao Polígono das Secas e apresentada como terra de inviabilidades, passou a ser reconhecida por suas potencialidades. Seu povo, historicamente tratado como objeto de políticas assistencialistas, afirmou-se como sujeito de direitos, produtor de conhecimentos e protagonista de sua história. Demonstramos, na prática, que é possível conviver com o Semiárido.

Essa mudança não foi apenas discursiva. A convivência com o Semiárido consolidou-se como projeto político, social, ambiental e democrático, fundamentado na valorização dos conhecimentos produzidos pelas comunidades, na agroecologia, na gestão descentralizada da água, na defesa da divisão justa do trabalho doméstico, da participação social e na construção compartilhada das políticas públicas.

Elaboramos, defendemos e implementamos, em diálogo e parceria com governos democráticos, políticas que alteraram a realidade social, econômica e política da região. O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), o Programa Cisternas nas Escolas, o Programa Sementes do Semiárido e o Projeto Quintais das Margaridas expressam a capacidade das organizações sociais, das comunidades e do Estado de transformar experiências locais em políticas públicas de grande alcance.

Milhões de pessoas passaram a ter água para beber e para produzir alimentos. Agricultoras e agricultores fortaleceram seus sistemas produtivos, recuperaram sementes, ampliaram a produção agroecológica, dinamizaram mercados locais e protegeram a Caatinga. Povos indígenas, comunidades quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais reafirmaram seus conhecimentos, suas formas próprias de organização e sua contribuição para o cuidado dos territórios e dos bens comuns.

Essas conquistas não resultaram da atuação isolada de governos, organizações sociais ou comunidades. Nasceram da mobilização popular, da construção coletiva do conhecimento e do diálogo — muitas vezes marcado por disputas e tensionamentos — entre sociedade civil e Estado. Também contaram com universidades, centros de pesquisa e instituições públicas. Acima de tudo, demonstraram que as políticas alcançam resultados mais consistentes quando reconhecem os saberes locais, fortalecem a organização social e distribuem capacidades e responsabilidades entre Estado e sociedade.

Por isso, a experiência brasileira de convivência com o Semiárido tornou-se referência dentro e fora do país. Ela mostra que adaptação às mudanças climáticas, conservação ambiental, produção de alimentos, fortalecimento

comunitário e democracia podem caminhar juntos quando os territórios participam das decisões.

Entretanto, a estrada ainda precisa ser ampliada. Centenas de milhares de famílias aguardam acesso à água para consumo humano, e um número ainda maior não dispõe de infraestrutura para captar água destinada à produção de alimentos. A universalização do P1MC (água de consumo humano) e a ampliação do P1+2 (água para produção) permanecem, portanto, compromissos inadiáveis. Água não pode ser favor, mercadoria ou instrumento de dependência política: é direito.

A concentração da terra continua a limitar a convivência com o Semiárido. A reforma agrária e a garantia dos territórios tradicionais são condições básicas para captar água, produzir alimentos, preservar a Caatinga e o Cerrado e assegurar a reprodução social e cultural das comunidades. Sem terra e território, restringem-se as possibilidades de construir autonomia. A violência é outro elemento que agrava essa realidade e as mulheres têm sido as principais vítimas.

No Semiárido vivem sujeitos diversos: mulheres e homens, crianças, adolescentes, jovens e pessoas idosas; agricultoras e agricultores familiares; povos indígenas; comunidades quilombolas; povos de terreiro; comunidades de fundo e fecho de pasto; geraizeiros, pescadores artesanais e muitos outros grupos. As políticas públicas precisam reconhecer essa diversidade, enfrentar desigualdades e criar condições para que cada grupo permaneça no território com segurança, autonomia e perspectivas de futuro.

A emergência climática torna essas tarefas ainda mais urgentes. O aumento e a intensidade dos eventos extremos exigem políticas permanentes de adaptação, resiliência e justiça climática, construídas a partir das experiências dos territórios. Entre essas destacamos a proteção à Caatinga e às sementes crioulas,

assistência técnica agroecológica, crédito adequado, mercados institucionais, educação contextualizada e participação social.

O saneamento rural é parte inseparável do direito à água e permanece ausente da vida da maioria das comunidades. A iniciativa de saneamento rural construída pela ASA deve tornar-se embrião de uma política pública ampla para o Semiárido,

baseada em soluções adequadas às realidades locais, na implantação de sistemas de esgotamento sanitário adaptados às comunidades, no reuso seguro das águas cinzas e totais para a produção de alimentos e na formação comunitária para a gestão sustentável da água.

O Semiárido também tem sido procurado pelo potencial de geração de energia renovável. Mas não aceitaremos que, em nome da transição energética, se repitam a concentração, a expropriação dos territórios, os danos ambientais e a marginalização das comunidades. Energia limpa não pode ser produzida por meio de injustiça social e ambiental.

A ASA propõe outro caminho, expresso na agenda do Programa Um Milhão de Tetos Solares: democratizar o acesso à energia fotovoltaica nas comunidades; reduzir os custos energéticos das famílias agricultoras; promover autonomia; gerar renda com a produção descentralizada; e assegurar que os benefícios da transição energética permaneçam nos territórios. O Semiárido não pode ser visto apenas como plataforma para grandes empreendimentos. Seu povo deve ser sujeito e beneficiário centrais das decisões.

Universalizar a água para consumo; ampliar a água para produção; democratizar a terra e a energia; consolidar o saneamento rural; fortalecer a agroecologia, a assistência técnica e os mercados da agricultura familiar; proteger a Caatinga e o Cerrado e os territórios tradicionais; produzir sem veneno; estimular a interação entre diferentes biomas; assegurar oportunidades para mulheres e jovens; e garantir participação social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas: esse é o programa que apresentamos à sociedade

e às candidaturas. Nele, é importante destacar o papel assumido pelas mulheres no processo de convivência com o Semiárido.

Elas sempre permaneceram no território e cuidam da família, da casa, do quintal. A prática do cuidado precisa ser repartida e o Estado brasileiro precisa também assumir a sua parte, reconhecendo o cuidado como um direito humano fundamental a partir da efetivação da Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069/2024 e Decreto nº 12.562/2025).

A ASA nunca foi e não é neutra, porque neutralidade não existe quando estão em disputa direitos, democracia e vida. O momento exige explicitar qual projeto de desenvolvimento apoiamos e qual rejeitamos. Silenciar seria abdicar dos princípios, dos sonhos e das experiências de justiça, equidade e solidariedade que construímos com o povo do Semiárido.

A história recente demonstra que o combate à fome, a democratização do acesso à água e o fortalecimento da agricultura familiar dependem de políticas públicas robustas, participativas e continuadas. Reconhecemos os avanços alcançados nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff, quando milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza e a agricultura familiar ganhou centralidade na agenda pública. Reconhecemos também a importância da retomada, no atual governo Lula, das políticas de segurança alimentar, acesso à água, agroecologia e apoio à produção que haviam sido interrompidas ou enfraquecidas.

No processo eleitoral de 2026, identificamos na candidatura à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao lado das forças políticas que sustentam esse projeto, a possibilidade concreta de continuar e aprofundar a democratização do acesso à terra, à água, à energia e às oportunidades; fortalecer os direitos das mulheres e o respeito à diversidade; enfrentar as desigualdades; proteger os territórios; e assegurar que o orçamento público alcance quem vive, trabalha, produz e cuida do Semiárido.



Essa escolha precisa alcançar também os estados e os parlamentos. É fundamental apoiar candidaturas ao governo, ao Senado, à Câmara dos Deputados e às assembleias legislativas comprometidas com a convivência com o Semiárido, a democracia, a justiça socioambiental, os direitos humanos, a agricultura familiar, a agroecologia e os povos e comunidades tradicionais. Sem maiorias políticas comprometidas com esses princípios, os avanços permanecerão vulneráveis.

Apoiar Lula e as candidaturas alinhadas a esse projeto não significa procurar salvadores da pátria nem abrir mão da autonomia da sociedade civil. Significa

apoiar compromissos e criar melhores condições para que os direitos sejam conquistados. A ASA seguirá mobilizada, dialogando, propondo, monitorando e tensionando os governos de forma autônoma, para que os compromissos assumidos se transformem em orçamento, políticas públicas e mudanças concretas na vida das pessoas.

Nossa posição nasce da história que construímos e do futuro que queremos construir. Proteger as pessoas é proteger os territórios. Fortalecer os territórios é fortalecer a democracia. E fortalecer a democracia é garantir que a vida, em toda a sua diversidade, continue pulsando no Semiárido.

É no Semiárido que a vida pulsa! É no Semiárido que o povo resiste!

Semiárido brasileiro, 17 de agosto de 2026.